

Prefácio. In: Dantas, André Vianna. *Do socialismo à democracia: tática e estratégia na Reforma Sanitária Brasileira*. Rio, Ed. Fiocruz, 2017. ISBN 9788575415030. pp. 11-17

Prefácio [A ousadia e o nó górdio – saúde e capitalismo]

Virgínia Fontes

Em tempos difíceis, reaparece muitas vezes uma dúvida recorrente. Devemos silenciar sobre as grandes questões, uma vez que elas são desconfortáveis, incômodas e desarrumam ainda mais a precária ordem das coisas? Devemos nos acomodar na defensiva, uma vez que os ataques são muitos e extensos, e tentar minorar o problema, ao invés de evidenciar a profundidade da dificuldade? A construção de consensos deve ocorrer a qualquer custo, com todo o espectro das forças sociais, inclusive aquelas cujo objetivo é permanentemente derrotar as classes trabalhadoras? Devemos silenciar sobre as nossas opções, sobre nossas derrotas, sobre nossas possibilidades, de maneira a facilitar resultantes comuns, mesmo que nos afastem ainda mais do diagnóstico e, mais grave, nos distanciem de outras possibilidades de enfrentar os dilemas da vida social e da saúde pública e universal no Brasil?

André Dantas apostou, a meu juízo corretamente que, neste exato momento é ainda mais urgente e necessário aprofundar e socializar a reflexão incômoda e transgressora. Nada será mais perturbador do que o desconhecimento e o silêncio discretos, quando tantos foram os desacertos e tão enormes. Decidiu analisar criteriosamente os descaminhos que percorremos. Decerto, muitos os trilharam a contragosto, enquanto outros adotaram-nos tão integralmente que chegaram a construir “teorias” para justificá-los, para tornar palatáveis os sucessivos recuos e concessões, ou para construir falas públicas com belas estorinhas, com edificantes lições de moral, mas sem substrato e, infelizmente, sem verdadeira sustentação popular.

Este livro deriva de tese de doutorado defendida em 2014, antes portanto que alguém pudesse imaginar o lamentável desfecho da deposição de Dilma Rousseff e da ocupação da presidência por Michel Temer, desfigurando a democracia por dentro de todos os rapapés institucionais. Os múltiplos descaminhos entretanto já eram visíveis anteriormente, embora seu grau de virulência parecesse menor. Partindo de premissa sugerida por Gramsci, da necessidade de estabelecer regularmente inventários tanto dos projetos políticos como das condições de sua realização, André Dantas investe com segurança e rigor na análise das principais opções teórico-políticas que

balizaram o percurso da reflexão política contemporânea, em suas oscilações entre reforma e revolução, entre socialismo e democracia, para localizar seu impacto sobre a saúde pública e universal no Brasil.

Neste livro, Dantas esmiúça as principais vertentes teóricas que deslizaram do enfrentamento às raízes do capitalismo (socialismo) para uma adesão incondicional – mesmo se nuançada e matizada – à democracia. Engana-se o leitor se imagina que o autor realiza a defesa de uma opção simplificada entre socialismo e democracia: este livro nos mostra que não há democracia sem socialismo. É na luta dos trabalhadores enfrentando o descarrilhamento social que a expansão do capitalismo promove que emergem sinais possíveis de uma democracia efetiva, social e não apenas política, capaz de alterar o próprio âmbito das decisões cruciais, as que afetam a produção da vida social. A atualidade demonstra de maneira dramática como a dura conquista de alguns elementos democráticos, como o voto universal e direitos sociais e civis vem sendo permanentemente estiolada e corrompida pelo próprio capitalismo. Este livro mostra a reintrodução dessa disjuntiva – democracia ou socialismo - em trânsito historicamente realizado por determinados setores da esquerda. Estes, sim, supuseram uma “escolha” *tática* – primeiro a democracia e, em seguida, o socialismo - ou *estratégica*, superdimensionando o termo democracia mas na prática esvaziando-o das determinações sociais fundamentais que permitem compreender a vida social sob o capitalismo e lutar contra elas. Há aqui uma impressionante síntese teórica e histórica sobre as elaborações que levaram à oposição entre democracia e socialismo que, ao esvaziarem a opção socialista, contribuiriam para a fragilização das forças capazes de sustentá-la, do que vem resultando um brutal encolhimento da própria democracia. A própria questão do enfrentamento do capitalismo – isto é, a questão socialista – ficaria praticamente abandonada.

André Dantas teve a ousadia de enfrentar o problema e de desatar o nó górdio que paralisava (e infelizmente ainda paralisa) a reflexão crítica substantiva sobre a relação entre democracia e socialismo e sobre a relação estreita entre definições estratégicas e opções táticas.

A boa direção na pesquisa, para os historiadores, pede ousadia, persistência e cautela. A base teórica é elemento fundamental para apreendermos as determinações dos processos analisados. Porém nenhuma teoria oferece prontamente as respostas e exige ser profundamente interrogada, ela própria, à luz da realidade histórica e movediça da qual nasce e que precisa explicar. O desafio é grande, pois os múltiplos desdobramentos e acréscimos realizados na interpretação da vida social capitalista por diversos autores muitas vezes incorporaram determinações fundamentais; de outras

vezes, apenas desviaram o foco das questões fundamentais.

O ponto de partida da investigação – o nó concreto mais evidente – era a interrogação sobre a potência das lutas sociais das classes trabalhadoras na Reforma Sanitária e sua diminuição nos últimos anos. A defesa de um sistema de saúde universal e gratuito encolheu-se ao conviver com um sistema no qual as privatizações corroíam parcela de suas forças, onde as terceirizações dos trabalhadores esvaziavam o próprio sentido coletivo da ação, e no qual a defesa de amplos consensos atravessando as classes trabalhadoras e os setores dominantes empresariais retiravam o gume do corte das lutas originais. Foi pois para chegar nele – no processo atravessado pela Reforma Sanitária – que nosso autor precisou recuar no tempo e no espaço, para encontrar as linhas de formulação de escopo internacional que tiveram intensa influência no Brasil, assim como aquelas elaboradas por pensadores brasileiros, algumas vezes em diálogo internacional. Uma vez localizadas as conexões mais centrais, foi necessário retornar para analisar simultaneamente o percurso dos propósitos, das interpretações e dos caminhos da Reforma Sanitária no Brasil. Trata-se de reflexão de fôlego para pensar a estratégia que presidiu a luta pela Reforma Sanitária, que táticas gerou e de que maneira ambas – táticas e estratégias - ao longo de percurso histórico tenso, modificaram-se, encolheram e chegaram a novos limites e mesmo à exaustão.

Desatar um nó de tais proporções não foi tarefa fácil e certamente exigiu enormemente do autor. Exigiu a ousadia de colocar o problema, quando tantos procuram escamoteá-lo em busca de uma linha de atuação de menor resistência, na qual o capital e o empresariado sintam-se menos desconfortáveis, mas na qual os trabalhadores são reduzidos a coadjuvantes. Exigiu ainda mais, a identificação dos fios centrais que, à primeira vista embaraçados, na verdade corriam em paralelo: as transformações na reflexão crítica no cenário internacional e seus impactos tanto nos pensadores sociais brasileiros, quanto diretamente naqueles dedicados a analisar as linhas de atuação da Reforma Sanitária no Brasil. Como se observa, um nó composto por vários fios. O resultado é um esclarecedor desembaraçamento de tal novelo, mostrando com clareza como se direcionou para becos sem saída, pelo abandono das determinações sociais cruciais do processo histórico, determinações que constituem também as bases inescapáveis para pensar a saúde pública e coletiva. No Brasil e alhures, a análise da forma específica do capitalismo contemporâneo, das relações entre capital e trabalho, das formas de luta, do formato peculiar do Estado contemporâneo, são condições fundamentais para compreender as modalidades da dominação social e para entrever as possibilidades de sua superação, contribuindo para as lutas sociais.

[Abrindo horizontes]

Além de recolocar o problema nos termos fundamentais, vale ressaltar que outra das consequências deste livro é apontar para novos desafios. Como toda pesquisa digna deste nome, o livro consolida uma opção teórica e descortina possibilidades e exigências para novas pesquisas.

Ao demonstrar a reiterada tendência institucionalizante que grande parcela da esquerda assumiu, o livro evidencia o quanto o pensamento social brasileiro crítico é assaltado pela recorrente suspeita de que o Brasil não seja ainda um país capitalista – e a tarefa seria, então, desenvolvê-lo. Correlatamente, não sendo desenvolvido, não poderia sustentar projetos de cunho universalizante, devendo os pensadores (e formuladores políticos) aceitarem eternamente realizar as tarefas econômicas de expansão do capital que as burguesias – supostamente pobres e débeis, apesar de sua enorme rapidez na concentração de riquezas e de sua histórica truculência – não teriam condições de fazer. Estaríamos destinados a retornar sempre ao ponto de partida. O tema da democracia perde ainda mais substância, amarrado a uma subordinação prévia, a de desenvolver capitalismo e burguesias. Como gatas borralheiras, pensadores e ativistas estariam fadados a limpar cotidianamente a sujeira produzida pelos grandes predadores (os detentores de capital), a cada vez em maior volume, sem ousar ir além para não inquietar... os próprios predadores. É marcante que tal suposição de incompletude do capitalismo configure-se como um *a priori* que define, antes mesmo de pesquisas mais substantivas, os limites das investigações e do próprio pensamento. As formas concretas da extração de valor, da vida social, da concentração de riquezas, da produção das desigualdades, da atuação empresarial, etc., desembocam, nesta simplificação mental, num suspiro impotente por uma democracia que expresse cada vez mais... desenvolvimento capitalista. Não é de estranhar que nesse contexto sobreviva apenas a tática de uma democracia encolhida: seus verdadeiros sujeitos, isto é, as classes sociais que se beneficiam de tal processo são as dominantes. As classes trabalhadoras, na sua concretude e em suas reivindicações históricas, são reduzidas a subalternos papéis secundários.

E no entanto, as classes trabalhadoras seguem produzindo toda a riqueza na qual se comprazem as classes dominantes... e seus defensores.

Apesar de termos vivido períodos de intensa expansão do capitalismo, ainda mais evidente após a derrocada da União Soviética, o enfrentamento das formas concretas de tal expansão ficou adormecido, na crença de que a institucionalização – mesmo truncada – de algumas conquistas

garantiria o predomínio da instância política sobre o conjunto da existência, inclusive sobre as determinações fundamentais sobre as quais repousam as classes sociais. Mas o processo histórico do último terço do século XX e das primeiras décadas do século XXI implicou apenas um mundo cada vez mais capitalista, e, com ou sem crises, ainda em expansão. E isso apesar das tragédias que provocou, segue intensificando e tudo indica que ainda provocará. A democracia, sendo uma questão incontornável e sempre truncada pelo capitalismo, precisaria de uma defesa à altura, isto é, anticapitalista. André Dantas demonstra limpidamente que uma estratégia de tipo meramente democrático-popular abria a via para uma profunda derrota popular e democrática, por seu teor de naturalização do capital.

Este livro inaugura uma retomada de longo fôlego de pesquisas e estudos que precisarão, simultaneamente, atender para a correlação entre estratégia e tática, mas sobretudo definir *que estratégias* procedendo de que *classes sociais* sustentam as propostas de participação política, de políticas públicas, de saúde, de produção do conhecimento, de formação e de educação. Em termos mais claros, o conhecimento precisa averiguar e compreender que lutas e enfrentamentos ocorrem na vida social, de modo a que aqueles que produzem a existência possam também determiná-la. E não apenas sofrer as consequências.

As lutas de classes, tanto em seu mote teórico, como em seu escopo histórico, sociológico, antropológico, econômico, ideopolítico readquirem papel fundamental. O Estado não é um local límpido e neutro, mas uma *correlação de forças de classes*, isto é, ele responde às tensões e às lutas sociais intra-classes dominantes e entre as classes sociais. Porém, o escopo fundamental do Estado capitalista é a preservação da forma de ser social predominante, isto é, aquela que reproduz o próprio capital. Ou ainda, a garantia da permanência da dominação de classes.

A expansão do capitalismo no século XXI corresponde à centralização e concentração de capitais em gigantescas corporações, cuja estrutura de propriedade tornou-se nas últimas décadas mais opaca, fundindo proprietários de setores anteriormente diversificados: setores voltados para a captura de recursos monetários e sua conversão em capital, setores voltados para a extração de valor e setores dedicados à circulação e venda de inúmeras mercadorias. A concentração da propriedade contemporânea do capital impressiona mesmo setores liberais, sendo o estudo mais conhecido o de Thomas Piketty (*Les capitales au siècle XXI*, Paris Éditions du Seuil, 2013). Compreender a saúde sob o capitalismo contemporâneo exige interrogar-se sobre as formas híbridas de extração de valor em curso, reencontrando as classes trabalhadoras em sua vida concreta. Mas exige também

compreender a aceleração de expropriações de bens (ou atributos) até então naturais ou coletivos, que integravam a existência da humanidade sem restrições de acesso, cuja monopolização permite sua conversão em mercadorias. Nesse terreno, saúde e vida parecem ser alvo prioritários.

A reificação de um certo formato supostamente estável das burguesias e das classes trabalhadoras obnubilou a reflexão sobre estes temas. A institucionalidade parecia fazer desaparecer, quase num passe de mágica, a carne e o sangue real que nutriram e seguem nutrindo a vida social. Enquanto ocorria veloz reconfiguração das classes trabalhadoras a partir da década de 1990, imposta por sucessivas reestruturações capitalistas, o processo foi escamoteado através de categorias que expulsavam da reflexão a contradição entre capital e trabalho, centralizando termos como “pobreza” ou “excluídos”. Não retomarei aqui a crítica a tais denominações.

Para além de uma leitura meramente institucional, trata-se hoje de enfrentar a análise efetiva do Estado brasileira. As burguesias brasileiras (e suas congêneres estrangeiras) expandiram em velocidade e quantidade sem precedentes uma malha de entidades sem fins lucrativos – sociedade civil empresarial – voltada para inúmeras atividades sob condições formalmente democráticas: formulação de leis, formação de quadros, definição de políticas públicas, “apoio” aos movimentos populares, educação, cultura, etc. Tal malha de entidades somou-se às tradicionais formas de organização empresarial, atravessando e integrando o Estado. Não substituíam as práticas truculentas tradicionais, mas a ela se acrescentava. Integradas ao Estado, seu empenho era duplo: golpear as bases organizativas das classes trabalhadoras (sindicais, partidárias e movimentos sociais) através da coerção pública e privada, mas acenar com outros formatos, disseminando modalidade pouco usual, a do convencimento, com a luta empresarial travada também no interior dos setores populares. A luta de classes se complexificava. As privatizações aceleradas transformavam empresas públicas em empresas privadas, vendidas a preços irrisórios. Mas não se limitava mais a elas. A privatização passou a incidir também no interior das instituições públicas, através de parcerias público-privadas (PPPs), de contratações terceirizadas, de imposição de modos de gestão tipicamente empresariais transformando por dentro o setor público, o que é mais visível na área da Educação, mas também foi o caso para a implementação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), na qual um direito constitucional era convertido em “serviço”, em passo fundamental para o desvirtuamento da Saúde Pública.

É tempo dos pesquisadores da Saúde enfrentarem a complexidade do capitalismo contemporâneo em todas as suas dimensões: as formas de extração de valor; a dinâmica da propriedade do capital;

as lutas de classes na sociedade civil; a configuração do Estado. Houve muitas modificações reais, mas uma permanência fundamental: o aguçamento da contradição clássica do capitalismo entre a socialização do processo produtivo e a concentração dos recursos sociais de produção. O atual aumento das classes trabalhadoras com vínculos diversificados e a expansão em escala vertiginosa da concentração e centralização do capital têm enorme impacto no terreno da saúde pública.

Também as pesquisas científicas são movidas por estratégias diversas e, se os pesquisadores deixam-se pautar por editais e financiamentos difusos, ignorando suas implicações sócio-políticas, tendem a ser arrastados pela estratégia dominante que lhes determina o que pesquisar e financia o que convém para a manutenção de uma ordem social iníqua. Ousar estudar as contradições do capitalismo é hoje o grande desafio em defesa da vida.